

2018

Plataforma da Classe

**TRABALHADORA**

da Fenajud



**FENAJUD**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

## COLEGIADOS

---

### **Coordenação Geral**

JOSÉ ROBERTO PEREIRA – Sindijus – PR  
SANDRA MARGARETH SILVESTRINI DE SOUSA – Serjusmig – MG  
JANIVALDO RIBEIRO NUNES – Sinsjusto -TO

### **Coordenação da Secretaria Geral**

DIONIZIO JÂNIO BARBOSA DE SOUZA – Sintaj-BA

### **Coordenação de Finanças**

ROBERTO EUDES FONTENELE MAGALHÃES – Sindjustiça-CE

### **Coordenação de Assuntos Jurídicos**

WAGNER DE JESUS FERREIRA – Sinjus-MG

### **Coordenação de Comunicação**

ADRIANA MAGALY PONDÉ DE BRITO – Sintaj-BA

### **Coordenação de Formação Sindical**

BERNARDINO DE SENA FONSECA – Sindijustica-RN

### **Coordenação de Política Sindical e Relações Internacionais**

EDNALDO MARTINS SILVA OLIVEIRA – Sindijus-SE

### **Coordenação de Saúde dos Trabalhadores e Previdência**

GUILHERME PERES FIUZA LIMA – Sinjusc – SC

### **Coordenação de Assuntos Parlamentares**

FABIANO REIS DE OLIVEIRA – Sindijus – MS

### **Coordenação de Gênero, Etnia e Geracional**

ANA PAULA ARAÚJO RODRIGUES – Serjal – AL

### **Coordenação Regional Sul**

MARCO AURÉLIO VELLEDA – Sindjus – RS

### **Coordenação Regional Sudeste**

CLIMENI ARAÚJO RODRIGES – Sindijudiciário-ES

### **Coordenação Regional Centro-Oeste**

ANDREA FERREIRA – Sindijus – PR

### **Coordenação Regional Nordeste**

ALEXANDRE LIMA SANTOS – Sindijustica – RN

### **Coordenação Regional Norte**

IONE AMARAL OLIVEIRA – Sintjam – AM

### **CONSELHO FISCAL**

### **Titulares**

MARCELO FERREIRA SOUZA – Sindjus-SE  
RUI VIANA DA SILVA – Serjusmig – MG  
REINALDO VITAL RIOS – Serjal-AL

### **Suplentes**

PEDRO HELKER ALVES DE ALCÂNTARA – Sindijustica-CE  
RENILSON TONINHO DA SILVA – Sindijudiciário-ES  
JUÇARA DIAS LEOPOLDO – Sinjur-RO



**FENAJUD**

FEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS SERVIDORES DO  
JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

---

Endereço da sede: SCS, Qd. 1 Bl. K Ed. Denasa, 9º andar  
Sala 901 CEP 70398-900 Brasília-DF Telefone: (61) 3321-5349 | (61) 3321-0242  
E-mail: [fenajud@fenajud.org.br](mailto:fenajud@fenajud.org.br) Site: [www.fenajud.org.br](http://www.fenajud.org.br)  
Diagramação: Cris Nascimento

---



# Sumário

4

Apresentação

---

8

Democratizar o Judiciário e o Estado

---

10

Pelo fortalecimento da Educação, da Saúde e dos Programas Sociais

---

11

Por um Mundo do Trabalho Forte

---

13

Garantir um Desenvolvimento Econômico com Redução das Desigualdades Sociais

---

15

Construir uma nova Comunicação: democrática e plural

---

16

Lutar pela Reforma Agrária e Defender a Agricultura Familiar e o Meio-Ambiente

---

17

Lutar pela Igualdade de Jovens, Mulheres e Negros

---

# Apresentação

**O**s **trabalhadores do Judiciário**, em conjunto com a classe trabalhadora brasileira, precisam cumprir duas importantes tarefas em 2018. A primeira, lutar para que tenhamos eleições livres e democráticas, possibilitando o reencontro da Nação com a ordem democrática, flagrantemente violada por um Golpe parlamentar, midiático, empresarial e com o apoio de setores do poder judiciário, no ano de 2016; e, caso seja preciso, lutar para que se respeite o resultado soberano das urnas. E, por último, concomitante, eleger governantes e parlamentares tanto no plano federal como estadual comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e com um novo projeto de desenvolvimento nacional que possibilite inclusão social e a valorização do trabalho.

O Brasil e a classe trabalhadora, desde o Golpe de 2016, são vítimas de uma perversa agenda econômica - baseada no ideário neoliberal, que tem sido posta em curso pelo Governo Golpista do Presidente Temer com o apoio de uma ampla maioria parlamentar no Congresso Nacional. As marcas dessa agenda tem sido a retirada de direitos históricos dos trabalhadores, a destruição contínua da soberania e dos interesses nacionais e a estagnação econômica.

Apesar de forte resistência do campo democrático-popular no congresso, dos movimentos sindical e social nas ruas e no parlamento nos últimos anos, infelizmente, não foi suficiente para barrar a maioria dos retrocessos aprovados pela união do ilegítimo governo com parcela majoritária do parlamento. Os direitos dos trabalhadores foram massacrados com a aprovação da nefasta Reforma Trabalhista e da famigerada Lei Geral de Terceirizações que permite a sua aplicação de forma irrestrita em todos os setores de uma empresa e/ou indústria.

As profundas alterações na legislação trabalhistas, além de enfraquecer as relações de trabalho, compromete significativamente a negociação coletiva, pois a organização sindical e o sistema da justiça do trabalho foram frontalmente atingidos por tais modificações. O que potencializará uma escalada de precarização, informalidade e flexibilização no mundo do trabalho e o crescimento dos conflitos.

Outro duro golpe foi dado no campo das políticas públicas - Educação, Saúde, Moradia, Segurança entre outros, com a aprovação da PEC 55 em 2016, que congela o aumento dos investimentos públicos nos próximos 20 (vinte) anos. Por consequência, tal PEC ocasionará forte limitação na melhoria e expansão dos serviços públicos, prejudicando, principalmente, as camadas menos favorecidas da população e, também, o conjunto dos trabalha-



Voltar ao Sumário

dores do serviço público, que sofrerão com o aumento da precarização.

Enquanto na Europa se percebe um processo de reestatização de serviços públicos privatizados nas décadas de 80 e 90 do século XX, no auge dos ideais neoliberais, o atual governo brasileiro iniciou um novo ciclo de privatização e de entrega de empresas estratégicas ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, principalmente, as do setor elétrico e de áreas sensíveis à soberania do país, como o setor petroquímico e de aviação. Além de a Petrobrás ter sido excluída da condição de operadora única dos blocos do Pré-sal, a política de conteúdo nacional da cadeia produtiva do petróleo foi profundamente flexibilizada, permitindo, por exemplo, que milhares de empregos da indústria naval fossem gerados em outros países.

Nesse período, por iniciativa do governo federal, foi aprovada uma lei que, nos próximos anos, concederá isenção fiscal parcial ou total às multinacionais do petróleo. Segundo estudos, a isenção chegará ao montante de 1 trilhão de reais. Algo que fere de morte as políticas públicas, financiadas através da arrecadação de impostos. Outrossim, a realização de vários leilões de campos do pré-sal foram feitos de modo extremamente prejudicial aos interesses nacionais.

Na economia real, a agenda neoliberal provocou uma escalada do desemprego e de subocupação em níveis recordes. Atualmente, há no país mais de 14 milhões de desempregados e no mesmo montante de subocupados. A promessa de aquecimento da economia se traduziu em crescimento pífios e insignificantes do PIB. Os níveis de investimentos públicos e privados são os menores dos últimos anos, agravando ainda mais a estagnação da economia. Outra consequência cruel de todo esse processo tem sido a redução da massa salarial e do poder de consumo dos trabalhadores. Ademais, os cortes nas políticas sociais têm agravado a situação de milhões famílias, que sofrem com o enfraquecimento da proteção social do Estado, contribuindo para o retorno do Brasil ao mapa da fome e à ampliação da pobreza extrema.

Ao mesmo tempo que a economia brasileira patina com desemprego em massa, milhares de empresas fechadas e parte considerável do parque fabril ocioso, não se vê crise no sistema financeiro e bancário brasileiro, atualmente, concentrado nas mãos de 05 bancos, sendo 02 públicos, que controlam mais de 80% da movimentação financeira do país. Nos últimos anos, os bancos conseguiram extraordinários lucros bilionários às custas do endividamento profundo das famílias brasileiras e da produção. Isso é fruto de uma das maiores taxas de juros praticadas no Mundo, o que não ocorre de forma semelhante no mundo. É imprescindível que a referida situação deve ser revista, através de uma reforma do sistema bancário que democratize o crédito e o acesso, sob pena de comprometer o desenvolvimento do país.

Diante do breve e necessário relato da situação socioeconômica do país, ao nosso ver, necessário para melhor compreensão da tarefa histórica a ser cumprida pela Classe Trabalhadora Brasileira, a atual conjuntura impõe aos trabalhadores/as e o movimento sindical a necessidade imperiosa de refletirem, no decorrer do período das eleições de 2018, sobre os destinos da nação e qual projeto de desenvolvimento nacional atende aos inte-



resses históricos dos trabalhadores.

De início, é cristalino e inevitável a mudança dos rumos que foram adotados no país nos últimos dois anos, sob pena de condenarmos o seu futuro e, também, o de várias gerações de brasileiros. Para que isso ocorra, de início, é preciso apresentar e defender junto aos postulante a mandato um novo projeto de desenvolvimento econômico, no qual o combate às desigualdades sociais, a valorização do trabalho e o respeito ao meio ambiente, estejam no centro do programa.

Diante desse momento histórico e crítico que atravessa o nosso país, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário – FENAJUD, através de sua Coordenação Executiva, compreendendo os desafios da atualidade e os desdobramentos pós-eleições, decidiu elaborar e apresentar uma Plataforma de Propostas para as eleições de 2018 aos trabalhadores do Judiciário.

A presente plataforma foi construída a partir da análise de importantes temas nacionais, das históricas bandeiras de lutas dos movimentos sindical e social, e a partir do acúmulo político de nossa federação e das entidades sindicais filiadas. O seu objetivo central é servir de subsídio aos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário, orientando-os na escolha de candidatos que estejam, de fato, em sintonia com as nossas propostas e bandeiras de luta, as quais visam à construção de um país mais justo socialmente, radicalmente democrático e livre de todas as formas de discriminação e intolerância.

Considerando a necessidade de fortalecer a unidade da classe trabalhadora, principalmente, neste momento, incorporamos a nossa plataforma importantes propostas apresentadas pelo Fórum das Centrais Sindicais, que estão no bojo da agenda prioritária da classe trabalhadora, apresentada no dia 06/08/2018, na cidade de São Paulo - SP.

A Coordenação Executiva da Fenajud defende, prioritariamente, que os Governantes e Parlamentares assumam o compromisso político de apoiar e lutar para que todas as nefastas medidas do Governo Ilegítimo de Michel Temer sejam revogadas, principalmente, as que golpearam os direitos trabalhistas, a soberania nacional e a ordem e as liberdades democráticas. Assim como, apoiem a nossa luta pela Democratização do Judiciário, valorização do Servidor Público e contra a Reforma da Previdência em tramite no congresso.

Como já dito aqui, anteriormente, acreditamos em um projeto de desenvolvimento nacional no qual o trabalho, o combate às desigualdades sociais e o respeito ao meio ambiente estejam no centro do programa e por isso o defendemos. Portanto, a nossa plataforma se contrapõe a agenda neoliberal defendida por setores da classe política, e empresarial, principalmente, os banqueiros e rentistas.

Nesse sentido, o papel do Estado na economia e na promoção e ampliação das políticas públicas, é essencial para garantir os avanços necessários na superação das profundas desigualdades sociais e regionais, na proteção do trabalho e garantidor de bases sólidas do crescimento econômico.

Como há várias questões importantes a serem debatidas e encampadas, nos próximos



anos, elegemos alguns temas, além das prioridades acima descritas, para estar em nossa plataforma. As nossas propostas foram organizadas em torno de seis temas centrais, quais sejam: 1. Democratizar o Judiciário e o Estado; 2. Fortalecer a Educação e Saúde Pública, e os Programas Sociais; 3. Por um Mundo do Trabalho Forte; 4. Garantir um Novo Ciclo de Desenvolvimento econômico com redução das Desigualdades Sociais; 5. Construir uma Nova Comunicação: Democrática e Plural; e, 6. Lutar pela Reforma Agrária e a Defesa da Agricultura Familiar e do Meio Ambiente.

A atual Coordenação Executiva da Fenajud entende que a presente plataforma, além de servir de subsídio aos trabalhadores do judiciário na escolha de seus representantes, se constitui, de forma simples, num instrumento de contribuição e intervenção nos rumos de nossa nação. Compreendemos, ao longo de nossa história e organização, que a luta estritamente corporativa, em uma sociedade cada vez mais globalizada e com profundas mudanças nas relações do trabalho, por força dos interesses do capital, tem demonstrado os seus limites. Por isso, é vital que os trabalhadores brasileiros intervenham diretamente e indiretamente nos destinos da sociedade e do Estado brasileiro.

Portanto, o nosso caderno de proposta, em síntese, propõe não só o reencontro do país com a ordem e as liberdades democráticas, como o aprimoramento e aprofundamento da participação popular nos destinos do Estado e do país, mas também a necessidade de combate permanente de todas as formas de desigualdades sociais, de preconceito e racismo ainda presentes em nossa sociedade. Por fim, conquistar o empoderamento e valorização do Trabalho no Setor Público e Privado, dentro de um novo projeto de desenvolvimento, alicerçado na justiça social, na soberania nacional e ambientalmente sustentável.



Voltar ao Sumário

# Democratizar o JUDICIÁRIO E O ESTADO

» Instituir mecanismos transparentes com critérios objetivos de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), com abertura e prazo para inscrição de candidaturas, chamamento público dos candidatos para debates, divulgação de currículos para análises da população e sufrágio popular para esses cargos;

» Instituir tempo de mandato para os ministros do STF e dos demais Tribunais Superiores, bem como aos Desembargadores dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais Regionais Federais;

» Aprovar a PEC 526/2010, estabelecendo a eleição para as mesas diretoras dos Tribunais, com a participação dos Magistrados e Trabalhadores efetivos, por meio de voto direto;

» Propor a alteração da atual forma de composição do CNJ, permitindo uma maior participação da sociedade civil organizada e dos trabalhadores, assim como mudar o paradigma voltado à eficiência, reforçando uma visão de Judiciário enquanto política pública de prestação de serviço à sociedade;

» Criação das Ouvidorias Regionais Externas, ocupadas por pessoas que não integrem as carreiras do Judiciário, devendo atuar na fiscalização dos respectivos tribunais;

» Criar mecanismos permanente de participação social no âmbito do poder judiciário, através de Audiências Públicas, Conferências e outros mecanismos; como uma política contínua de ouvir as perspectivas da sociedade na gestão do sistema de justiça;

» Estabelecer critérios de representatividade de raça e gênero que favoreçam o ingresso e a ascensão nas carreiras do Judiciário a todos os segmentos da população, inclusive aqueles que são vítimas históricas de desigualdades e opressões;

» Apoiar a luta contra os privilégios da Magistratura: 1. Fim do Auxílio Moradia de juízes e promotores; 2. Aprovação da Lei que regulamenta os critérios da aplicação do teto remuneratório ao funcionalismo público; 3. Redução do período de Férias de 60 para 30 dias; 4. Proibição do Nepotismo; 5. Proibição de patrocínios empresariais e eventos institucionais e das entidades de classe do sistema justiça; 6. Fim do efeito cascata no nos rendimentos da magistratura quando houver aumento salarial dos Ministros do STF;

» Apoiar a luta pela criação de uma lei que unifique as carreiras dos trabalhadores do judiciário brasileiro;



Voltar ao Sumário

» Lutar contra a partidarização e seletividade do judiciário;

» Apoiar a Realização de uma ampla Reforma do Sistema Político Brasileiro, que permita efetivamente a participação popular e o controle da força do poder econômico nas eleições. A aludida reforma deve ser fruto de um amplo debate público com todos os segmentos da sociedade, assegurando, ao fim ,o seguinte: **I.** O controle social sobre o Estado e a participação popular; **II.** O fortalecimento dos mecanismos de democracia direta e participativa; **III.** O aprimoramento da democracia representativa; **IV.** O fortalecimento e a democratização dos partidos políticos; **V.** A ampliação do exercício da cidadania; **VI.** O financiamento público exclusivo de campanhas; **VII.** O voto proporcional em lista com alternância de sexo, com definição feita em convenções partidárias ou através de eleições internas nos partidos, assim como a garantia da participação de jovens e negros; **VIII.** A fidelidade partidária e programática; **IX.** A proibição da judicialização e partidarização dos conflitos.

» Promover junto à sociedade brasileira a necessidade de uma ampla reforma do Estado, que resulte em mecanismos de participação e controle social. Fortalecendo os canais de democracia direta de representação da sociedade, como os Conselhos de políticas públicas, Fóruns, Conferências, audiência públicas, etc;



Voltar ao Sumário

# Pelo fortalecimento da **EDUCAÇÃO, DA SAÚDE E DOS PROGRAMAS SOCIAIS**

» Lutar pela aplicação de, no mínimo, 10% do PIB no Plano Nacional de Educação, a fim de promover a universalização e a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, bem como a valorização do magistério com o piso salarial nacional;

» Lutar pela revogação da Lei de nº 13.415/2017, que instituiu a reforma do ensino médio e à Base Nacional Curricular do Ensino Médio, que flexibiliza os currículos e desobriga o ensino de importantes áreas de aprendizado. A aprovação dessa norma ocorreu de forma açodada no Congresso Nacional, limitou a participação da sociedade civil e do movimento estudantil, e, por consequência, prejudicará sobremaneira o investimento e a qualidade educação pública;

» Contribuir para o fortalecimento do SUS – Sistema Único de Saúde, com universalidade e integralidade, ampliando a rede de serviços e garantindo o seu financiamento público; promover a política de saúde do trabalhador e de segurança do trabalho;

» Lutar contra as novas formas de gestão utilizadas, atualmente, na saúde pública, apoiando o fim das organizações sociais – OS, e as fundações privadas;

» Promoção de debates e implantação de políticas públicas acerca das questões inerentes à saúde dos trabalhadores, tais como: o adoecimento no serviço público, principalmente, no campo da saúde mental desses trabalhadores; a prática do assédio moral fruto da violência no ambiente de trabalho e as consequências do adoecimento por doenças psiquiátricas (Depressão, Síndrome do Pânico e outras);

» Ampliar e retomar os Programas Sociais como mecanismo de diminuição das profundas desigualdades sociais e de renda existentes na sociedade brasileira;



Voltar ao Sumário

# Por um Mundo do **TRABALHO FORTE**

» Combater a proposta de Reforma da Previdência em trâmite na Câmara dos Deputados proposta pelo Governo Temer e qualquer outra que retire direitos históricos dos trabalhadores; e lutar pelo fortalecimento da Previdência Social pública;

» Apoiar a Luta contra a aprovação do Projeto de Lei de nº 116/2017, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que propõe a flexibilização da estabilidade dos servidores públicos;

» Regular o direito de negociação coletiva para os servidores públicos, em todas as esferas de governo, segundo os princípios da Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e lutar para aprovação e aplicação das demais convenções da OIT que ampliem e protejam os trabalhadores;

» Democratizar o sistema de relações de trabalho, fundado na autonomia e liberdade sindical, visando incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, o direito à greve e coibir as práticas antissindicais, assim como combater a precarização do trabalho e lutar pela manutenção dos acordos coletivos; favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores, inclusive com o financiamento solidário democraticamente definido em assembleia.

» Revogar a Lei de nº 13.467/2017, que aprovou a nefasta Reforma Trabalhista promovida pelo ilegítimo Governo Temer;

» Revogar a lei de nº 13.429/2017, que permite a Terceirização ampla e irrestrita, por consequência, ampliando ainda mais a precarização do trabalho e a jornada de trabalho; bem como contribui para diminuição da renda dos trabalhadores;

» Combater a informalidade, rotatividade, o trabalho análogo ao escravo e eliminar o trabalho infantil, no campo e na cidade;

» Apoiar a luta contra o massacre vivenciado pelos servidores públicos que têm sido vítima de precarização das condições de trabalho, falta de valorização salarial e assédio moral;

» Defender a luta pela redução de jornada de trabalho dos trabalhadores da iniciativa



privada de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas semanais, sem redução de salários e criando limites as horas extras e ao banco de horas;

» Lutar para que a política de valorização do salário mínimo, implantada no governo do ex-presidente Lula, seja mantida e aprimorada;

» Regular o inciso 27º do artigo 7º da Constituição, que garante proteção trabalhista para os impactos das transformações tecnológicas e econômicas.

» Assegurar o direito e o acesso ao Sistema Público de Seguridade e à Previdência Social, promovendo a universalização; garantir, diante das mudanças no mundo de trabalho e da transição demográfica, a sustentabilidade financeira do Sistema, com permanente participação social na gestão.



Voltar ao Sumário

# Garantir um Desenvolvimento **ECONÔMICO COM REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS**

» Apoiar o fim da PEC de nº 95/2016, que tem imposto um forte ajuste na ampliação dos investimentos públicos, comprometendo pelos próximos 20 anos a qualidade dos serviços públicos e o papel do Estado no desenvolvimento do país.

» Fortalecer o papel do Estado Brasileiro como indutor do desenvolvimento nacional, tendo como balizas o respeito ao meio-ambiente, promoção da justiça social e a diminuição das desigualdades regionais;

» Lutar para que seja aprovada uma ampla reforma tributária que implante não só um regime progressivo de impostos sobre a renda, em vez do consumo, com ampliação da taxa sobre lucros e dividendos, bem como taxa sobre as remessas de lucro ao exterior e sobre as grandes propriedades, fortunas, heranças e o sistema financeiro. Incentivar a atuação do Estado contra a sonegação fiscal;

» Apoiar a realização de uma Auditoria Cidadã da Dívida Pública no Brasil, que consome quase a metade de todo o orçamento público do governo federal;

» Apoiar a descentralização bancária do país, atualmente, concentrada em 05 bancos, como forma de diminuir os escorchantes juros praticados atualmente no país e possibilitar a ampliação do crédito e contribuir na criação de mecanismos de controle da especulação e rentismo;

» Fortalecer o papel dos bancos públicos na economia, tornando-os verdadeiros instrumentos de desenvolvimento econômico e social;

» Fortalecer o papel estratégico das empresas públicas (sistema Eletrobrás, Petrobrás, Embrapa, Correios, entre outras), para promoção e sustentação do desenvolvimento econômico e social;

» Promover e articular uma política de desenvolvimento produtivo ambientalmente sustentável, orientada para a consolidação das cadeias produtivas, com enfoque estratégico para a indústria, as empresas nacionais, a presença no território nacional, a diversidade regional, a geração de emprego de qualidade e com relações de trabalho democráticas.

» Fortalecer a engenharia nacional e reorganizar o setor da construção para dinamizar e materializar os investimentos estratégicos em infraestrutura econômica, social, urbana e rural.



» Garantir às micro, pequenas, médias empresas e à economia solidária e popular acesso ao sistema de inovação tecnológico; favorecer a integração dessas modalidades de empresa aos mercados internos e externos, fornecendo lhes assistência para a gestão e promoção de acesso ao crédito.

» Investir e ampliar o sistema de ciência, tecnologia e inovação, em articulação com a estratégia de investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social, urbana e rural

» Revogação da Lei de nº 13.365/16, que pôs fim à obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora única dos blocos do Pré-sal; assim como cancelar os Leilões realizados após a aprovação da aludida norma;

» Lutar para aprovação de um novo Regime de Partilha dos Campos de Petróleo do Pré-sal e de áreas estratégicas; que temas como: conteúdo de produção nacional, recursos de investimentos nos serviços públicos de saúde e educação e o fundo soberano estejam garantidos no bojo da lei;

» Revogação da Lei do Repetro que, ao instituir um regime especial de tributação para as empresas petrolíferas, com a redução e até isenção total de pagamento de impostos relacionados à produção de petróleo nos campos do Pré-sal e Pós-sal pelos próximos 25 anos, poderá ocasionar uma renúncia fiscal no montante de até 1 trilhão de reais;

» Opor-se à venda do patrimônio público e às privatizações, devendo apoiar que as estatais sejam públicas, competitivas e prestem bom serviço à sociedade;

» Lutar pela anulação das privatizações realizadas pelo Governo Temer, principalmente na área de energia, uma vez que vão contra os interesses da soberania nacional;

» Implantar uma nova política cambial, fiscal e monetária que defenda os interesses nacionais e esteja atrelado a um projeto nacional de desenvolvimento sustentável, que assegure crescimento econômico, diminuição das desigualdades sociais e valorização do trabalho;

» Apoiar a luta contra o imenso déficit habitacional, contribuindo para o fortalecimento e aperfeiçoamento de programas habitacionais, como o Minha Casa Minha Vida, buscando com isso a garantia de moradia de qualidade para a população;

» Lutar para que importantes obras de infraestrutura paralisadas no país sejam reiniciadas;

» Incentivar a criação de um grande plano nacional de investimentos públicos em saneamento básico e acesso à água potável, em rodovias, portos, ferrovias e aeroportos, em fontes de energia elétrica renovável e de baixo impacto ambiental, em moradia e mobilidade urbana, em equipamentos de esporte, cultura e lazer, na expansão de escolas, universidades e de hospitais da rede pública, contribuindo assim para o desenvolvimento do país e melhoria da qualidade de vidas dos trabalhadores;



# Construir uma nova Comunicação: **DEMOCRÁTICA E PLURAL**

» Apoiar as medidas de democratização dos meios de comunicação no país com vistas a desconcentração, visto que, atualmente, encontra-se nas mãos de alguns grandes conglomerados que contribuem para manipulação da opinião pública;

» Garantir à sociedade civil acesso à pluralidade de informações e imagens, ao exercício pleno da liberdade de expressão e opinião, às variadas formas de manifestação cultural e de crença, às pautas e posicionamento político, à produção e veiculação de mídias em seus vários formatos;

» Universalizar o acesso à internet larga em todo o país e criar políticas de inclusão e acesso digital;

» Apoiar a luta para aprovar um novo Marco Regulatório da Comunicação no Congresso Nacional, democratizando todos os setores envolvidos, a partir de um amplo debate com a sociedade;

» Contribuir para o fortalecimento do sistema público de comunicação, principalmente, as TV's e Rádios Públicas;

» Apoiar a implantação e ampliação das rádios e tv's comunitárias, assim como a produção independente de conteúdo;



# Lutar pela Reforma Agrária e **DEFENDER A AGRICULTURA FAMILIAR E O MEIO-AMBIENTE**

» Apoiar a luta para implementação do direito à demarcação e titulação de terras aos indígenas e quilombolas;

» Fortalecer as políticas de apoio à Agricultura Familiar ,visando ao desenvolvimento com sustentabilidade e à inclusão no campo;

» Lutar pela reforma agrária, dando incentivos à produção agroecológica e agroflorestal e a à comercialização de alimentos saudáveis para toda a população brasileira;

» Apoiar a luta contra a imensa concentração de terra no país e a grilagem de terras públicas, e combater a venda de terras a estrangeiros;

» Garantir apoio as famílias assentadas e a Agricultura Familiar do campo através de credito, apoio e formação técnica e a infraestrutura necessária para escoar a produção agrícola;

» Fomentar as boas práticas da Economia Solidária mediante incentivos, contribuindo na comercialização dos produtos, na criação de cooperativas e de cadeias produtivas;

» Apoiar a luta pela Revogação da Lei de nº 6299/2002, que libera os Agrotóxicos, conhecida como o “Pacote do Veneno”;

» Contribuir para o fortalecimento do Estado na defesa do nosso meio ambiente e das riquezas naturais;

» Apoiar as políticas públicas de regularização fundiária e cadastramento de unidades domésticas rurais;

» Assegurar a implantação da política nacional de resíduos sólidos e

» Lutar para que a grande propriedade rural improdutiva e/ou devedora e insolvente dos bancos públicos sejam objeto de reforma agrária;



Voltar ao Sumário

# Lutar pela Igualdade de **JOVENS, MULHERES E NEGROS**

» Lutar contra o extermínio da juventude negra, o racismo e formas de preconceitos tão presentes na sociedade brasileira;

» Lutar contra as formas de intolerância religiosa aos terreiros, garantindo o respeito às religiões de matriz africana e ao pleno de direito à liberdade de credo, assegurado na Constituição;

» Criar políticas públicas para combater as desigualdades sociais ,na qual a maior parte da juventude negra está inserida, como mecanismo de enfrentamento à forte violência e á falta de oportunidades e emprego desse segmento da sociedade;

» Apoiar a implantação de uma campanha nacional, através dos poderes do Estado, contra todas as forma de preconceito e racismo no âmbito da administração pública – fóruns, delegacias, hospitais e demais repartições públicas;

» Lutar para o cumprimento efetivo da seguinte Legislação: 1. A Lei de nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Social; e, 2. As Leis de nº 10639/2003 e 11.645/2008, que estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

» Lutar para o cumprimento integral da Lei de nº 12852/2013, que institui o Estatuto da Juventude, no qual está disposto os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE;

» Apoiar a aprovação de um projeto de lei que conceda isenção fiscal às empresas e às indústrias que contratarem estagiários jovens, adolescentes aprendizes e jovens trabalhadores;

» Incentivar a criação de políticas públicas que apoie projetos culturais voltados para participação da juventude;

» Apoiar a luta para diminuir os altos índices de feminicídio, de violência doméstica, de assédio moral e sexual e de preconceito em desfavor das mulheres presentes tanto no mercado/ambiente de trabalho, como na sociedade;

» Apoiar a criação de uma ampla rede de proteção social as mulheres vítimas de



violência doméstica – e seus dependentes, através de casas de abrigo e outras formas de defesa;

» Contribuir para ampliação de todas as políticas públicas que combatam a discriminação de raça, orientação sexual e gênero;

» Lutar pela criação de uma política nacional que universalize o acesso à creche pública de qualidade e gratuita às crianças, permitindo, assim, independência às mulheres, bem como a expansão das escolas públicas de regime integral desde o ensino infantil até o ensino médio;



Voltar ao Sumário



**FENAJUD**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES  
DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

[www.fenajud.org.br](http://www.fenajud.org.br)

SCS, Qd. 01, Bc. K, Ed Denasa, 9º andar, salas 901 e 902 Brasília DF